


Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

radar RIO + 20

A graphic element consisting of five concentric, curved green lines that resemble a signal or radar wave, positioned above the 'O' in 'RIO'.



O Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) é um espaço aberto de estudo, aprendizado, reflexão, inovação e de produção de conhecimento, composto por pessoas de formação multidisciplinar, engajadas e comprometidas, e com genuína vontade de transformar a sociedade. O GVces trabalha no desenvolvimento de estratégias, políticas e ferramentas de gestão públicas e empresariais para a sustentabilidade, no âmbito local, nacional e internacional. Seus programas são orientados por quatro linhas de atuação: formação; pesquisa e produção de conhecimento; articulação e intercâmbio; e mobilização e comunicação.

COORDENADOR

Mario Monzoni



O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

www.socioambiental.org

CONSELHO DIRETOR

Neide Esterci (presidente), **Marina Kahn** (vice-presidente),

Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro, Tony Gross

SECRETÁRIO EXECUTIVO

André Villas-Bôas

SECRETÁRIO EXECUTIVO ADJUNTO

Adriana Ramos

O Vitae Civilis é uma Organização da Sociedade Civil brasileira, sem fins lucrativos, cujo objetivo é a construção de sociedades sustentáveis, conciliando o desenvolvimento humano à conservação ambiental, com base na democracia e justiça social.

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Marcelo Cardoso

COORDENAÇÃO EXECUTIVA ADJUNTA

Rubens Harry Born

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Danny Rivian

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS INTERNACIONAIS

Aron Belinky

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Pilar Cunha



radar RIO+20

**Por dentro da Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável**

Novembro de 2011

São Paulo, SP

Realização



Edição

Maria Inês Zanchetta

Pedro Telles

Ricardo Barretto

Pesquisa e textos

José Alberto Gonçalves Pereira

Colaboradores

Adriana Ramos

Aron Belinky

Rubens Born

Revisão

Julio Cezar Garcia

Revisão das referências

bibliográficas

Leila Maria Monteiro

Projeto Gráfico

Eric Peleias

Gabi Juns

Realização



Apoio



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais



Licença Creative Commons

Para democratizar ainda mais a difusão dos conteúdos publicados no Radar Rio+20 os textos da publicação estão sob a licença Creative Commons (www.creativecommons.org.br), que flexibiliza a questão da propriedade intelectual. Na prática, essa licença libera os textos para reprodução e utilização em obras derivadas sem autorização prévia dos editores (ISA, Vitae Civilis e GVCes) mas com alguns critérios: apenas em casos em que o fim não seja comercial, citada a fonte original (inclusive o autor do texto) e, no caso de obras derivadas, a obrigatoriedade de licenciá-las também em Creative Commons.

VOCÊ PODE:

Copiar e distribuir os textos do Radar Rio+20

Criar obras derivadas a partir dos textos do Radar Rio+20



SOB AS SEGUINTESS CONDIÇÕES:

Atribuição: você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada no crédito do texto.

Uso Não-Comercial: você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

Compartilhamento pela mesma Licença: se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

Sumário

4

Apresentação

6

**As conferências da ONU
e o Desenvolvimento
Sustentável**

20

O que é Economia Verde

30

Governança

37

Referências bibliográficas

39

Siglário

Apresentação

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, prevista para junho de 2012, no Rio de Janeiro, acontece em um momento importante e delicado.

Enquanto a necessidade de urgência para solucionar problemas ambientais, econômicos e sociais cresce e coloca todos diante de situações-limite, a eficiência do sistema multilateral e das resoluções da ONU é cada vez mais questionada. Simultaneamente, no atual contexto de crise política e econômica internacional, também não se observa grande propensão dos governos nacionais a assumir os compromissos necessários e implementar os já assumidos.

Ainda assim, a Rio+20 traz grandes oportunidades. Além de ser apresentada pela ONU como uma conferência do mais alto nível, com importância reforçada pelo governo brasileiro e de diversos outros países, os temas centrais a serem debatidos na conferência agregam questões diversas e estruturais, tornando-a uma oportuna ocasião para a convergência de debates relacionados ao Desenvolvimento Sustentável. A Rio+20 abre ainda a possibilidade de se gerar decisões e encaminhamentos urgentes e estruturantes para o avanço rumo a um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável.



CRONOGRAMA DA RIO+20

16 DIAS NO RIO DE JANEIRO

seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter
11/06	12/06	13/06	14/06	15/06	16/06	17/06	18/06	19/06

Pré-evento

Chegada de governantes, diplomatas e da sociedade civil ao Rio de Janeiro

PrepCom3

Última reunião preparatória para a Rio+20, de onde sairá rascunho do documento final da Conferência

Negociações e consultas informais

Dias fundamentais para o diálogo entre governos e sociedade civil, com diversos eventos planejados

Dois temas centrais foram selecionados para discussão na Rio+20, e serão abordados nesta publicação:

- a transição para uma Economia Verde no contexto da preservação do meio ambiente e biodiversidade e com a perspectiva de erradicação da pobreza e de desigualdades;
- o quadro institucional (instrumentos de governança) para o Desenvolvimento Sustentável.

A Rio+20 é um evento que vai além da conferência em si. Está desencadeando junto à sociedade civil de todo o mundo uma série de processos conscientizadores e mobilizadores. Soma-se a esse esforço o papel da mídia para alimentar o debate, qualificar, aprofundar as informações e dar visibilidade às discussões que estão em curso para os mais diversos públicos e a sociedade como um todo. A mídia é ator decisivo nesse processo. Por essa razão, esperamos que esta publicação, mesmo não esgotando todos os assuntos que estarão em debate, seja útil aos profissionais que estarão trabalhando na cobertura do evento, contribuindo para informar do melhor jeito e com a profundidade necessária o público brasileiro. Reproduzimos abaixo um breve cronograma das reuniões que antecederão a conferência e que devem ser objeto de atenção da mídia.

Os editores



qua
20/06

qui
21/06

sex
22/06

sab
23/06

dom
24/06

seg
25/06

ter
26/06

Rio+20

Realização da Conferência e de eventos paralelos organizados pela sociedade civil

Balanco e próximos passos

Avaliação dos resultados por parte dos governos e por parte da sociedade civil

As conferências da ONU e o Desenvolvimento Sustentável

A Rio+20 insere-se no contexto dos esforços de diferentes atores sociais, sobretudo nas três últimas décadas, para associar as agendas de desenvolvimento e meio ambiente.

Entre as décadas de 1960 e 1980, cientistas, movimentos sociais, ambientalistas e um punhado de políticos e funcionários públicos denunciaram os problemas ecológicos e sociais das economias herdeiras da Revolução Industrial. Em resposta à crescente preocupação pública com os efeitos negativos do modelo industrial, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou um ciclo de conferências, consultas e estudos para alinhar as nações em torno de princípios e compromissos por um desenvolvimento mais inclusivo e harmônico com a natureza.

Após quase quatro décadas da realização da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (1972), a primeira a associar de forma consistente questões ambientais ao Desenvolvimento Sustentável na pauta internacional, o mundo possui centenas de convenções, protocolos, declarações e legislações nacionais para reverter o quadro de agravamento nas condições ambientais e sociais e desequilíbrios socioeconômicos entre países do Norte e do Sul. Novos e estratégicos atores, como as empresas, entraram no debate, muitos sob o alerta emitido em 2007 pelo 4º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). O desafio é colocar em prática o que foi acordado na arena diplomática e acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e socioambientalmente sustentável, que será um dos principais temas da Rio+20.

Linha do tempo do Desenvolvimento Sustentável

Set/1962: Publicação nos Estados Unidos de *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que denuncia os malefícios dos agrotóxicos à saúde humana e à vida selvagem. O livro levou o governo norte-americano a banir o inseticida DDT em 1972.

Ago/1968: Paul Ehrlich lança nos Estados Unidos o polêmico livro *A Bomba Populacional*, que atribui os problemas ambientais ao crescimento demográfico.

Jun/1971: *Relatório Founex* preparado por um painel de especialistas em Founex, na Suíça, defende a integração das estratégias de desenvolvimento e meio ambiente.

O MUNDO PÓS-GUERRA

Terminada a Segunda Guerra Mundial, em 1945, as políticas de desenvolvimento concentraram-se inicialmente na reconstrução da Europa e do Japão, arrasados pelo maior conflito armado do século XX. As duas potências vencedoras, Estados Unidos e União Soviética, investiram na retomada econômica de seus antigos e novos aliados, que se tornariam peças fundamentais no xadrez da Guerra Fria. Para recuperar a economia capitalista do pós-guerra, foram criadas em 1944 as duas instituições do Acordo de Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), que viria a compor o Grupo Banco Mundial com outras quatro agências de financiamento.

Apesar da rápida recuperação da Europa e do Japão e da poderosa máquina econômica dos EUA, o chamado Terceiro Mundo continuava periférico ao centro decisório mundial. Movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos de esquerda intensificaram nos anos 1950 e 1960 protestos contra a dependência das potências ocidentais e por investimentos sociais e na reforma agrária, bem como elegeram governos progressistas mais autônomos em relação ao centro do poder global. União Soviética e Cuba emprestaram apoio às guerrilhas e apavoraram os EUA, que reagiram em diferentes campos:

na esfera socioeconômica, o presidente John F. Kennedy instituiu a Aliança para o Progresso, para financiar políticas de desenvolvimento na América Latina. E na área militar, os EUA apoiaram golpes militares contra governos progressistas e o aparelhamento das Forças Armadas dos regimes ditatoriais. Países europeus empreenderam forte reação militar contra os movimentos anticolonialistas na Ásia e na África.

DESENVOLVIMENTISMO – Na ótica do modelo econômico desenvolvimentista, que deu o tom das políticas de expansão econômica do pós-guerra, a superação da pobreza extrema, da fome e da marginalização social das majorias viria naturalmente como resultado dos investimentos em grandes obras de infraestrutura, tais como rodovias, hidrelétricas e projetos de irrigação. Salvaguardas ambientais eram vistas como entraves ao progresso, concebido como resultado de taxas elevadas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

No Brasil, em vez de privilegiar a distribuição de renda, uma economia mais autônoma e a proteção ambiental, o que vingou foram incentivos públicos que levaram ao desmatamento do Cerrado, da Mata Atlântica e da Amazônia e a instalação do parque automobilístico em detrimento das ferrovias. Importava remover

Mar/1972: Clube de Roma publica *Limites do Crescimento*. O relatório provoca controvérsia ao associar o crescimento econômico ao esgotamento dos recursos naturais.

Jun/1972: ONU realiza a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia.

Jun/1974: Os cientistas Mario Molina e Frank Sherwood Rowland mostram que os cloro-fluorcarbonos (CFCs) danificam a camada de ozônio em artigo na revista *Nature*.

Jul/1975: Entra em vigor a Convenção Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites).



OS RELATÓRIOS BRANDT E BRUNDTLAND

O Relatório Brandt, publicado em julho de 1980 com o título *Norte-Sul: um Programa para a Sobrevivência*, decorreu do trabalho da Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional, chefiada pelo ex-chanceler alemão Willy Brandt. O documento propôs medidas que diminuíssem a crescente assimetria econômica entre países ricos do hemisfério Norte e pobres do hemisfério Sul. Mas a onda neoliberal da década de 1980 fez com que o Relatório Brandt fosse ignorado pelos governos, que estavam mais preocupados com a livre circulação de capitais, o livre comércio e a desregulação dos mercados, com remoção de barreiras ambientais e trabalhistas e presença mínima do Estado na economia.

Paralelamente, personalidades influentes da política, da ciência, de empresas e de organizações não governamentais concentraram os debates sobre Desenvolvimento Sustentável na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada em dezembro de 1983 pela Assembleia Geral da ONU e chefiada pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Seu relatório final, publicado em abril de 1987, consagrou a expressão Desenvolvimento Sustentável: “É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Deriva diretamente do Relatório Brundtland o conceito dos três pilares do Desenvolvimento Sustentável: desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental. As recomendações do documento, publicado com o título *Nosso Futuro Comum*, levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em junho de 1992, no Rio de Janeiro. A Conferência também é chamada de Cúpula da Terra, Rio-92 e ECO-92.

A terceira iniciativa, também gestada ao longo dos anos 1980, visou formular um modelo alternativo de desenvolvimento centrado nas necessidades humanas mais do que nos mercados. Entre os mentores do novo conceito, que se traduziu nos relatórios anuais de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), estavam os economistas Amartya Sen e Mahbub ul Hak.

Mai/1976: Realizada em Vancouver, no Canadá, de 31 de maio a 11 de junho, a Habitat I foi a primeira conferência internacional a relacionar meio ambiente e assentamentos humanos.

Jun/1977: Wangari Maathai funda o Movimento Cinturão Verde no Quênia para prevenir a desertificação por meio do plantio comunitário de árvores por mulheres.

Mar/1979: Acidente na usina nuclear de *Three Mile Island*, na Pensilvânia (EUA).

Mar/1980: *Estratégia Mundial de Conservação* é lançada pela IUCN (em português União Internacional para a Conservação da Natureza) em colaboração com WWF e Pnuma, levando em conta as pressões econômicas sobre a natureza e a necessidade do Desenvolvimento Sustentável.

obstáculos naturais para o progresso avançar, como foi o caso da chamada Revolução Verde, iniciada na década de 1940. A expressão cunhada em 1966 refere-se a uma estratégia para aumentar a produção agrícola no mundo e assim acabar com a fome, por meio de sementes melhoradas, uso de agrotóxicos, fertilizantes, maquinário e plantas geneticamente modificadas (transgênicas).

No Brasil, além da expansão do agronegócio em regiões antes não intensamente ocupadas pelo ser humano, houve rápida e desordenada urbanização. Em consequência da falta de preocupação com o bem-estar das pessoas nas últimas cinco décadas, expandiram-se favelas e moradias insalubres e cresceu a poluição ambiental (também resultante do déficit em saneamento). Por outro lado, demandas por mais “desenvolvimento”, sobretudo no setor industrial, para ofertar empregos à população urbana, passaram a povoar o imaginário de progresso de pequenas, médias e grandes cidades brasileiras.

Afora o agravamento dos problemas sociais e da herança econômica – hiperinflação, elevado endividamento externo e arrocho salarial –, as políticas convencionais de desenvolvimento afetaram profundamente o meio ambiente. Tornaram-se corriqueiros desastres ecológicos por conta de acidentes químicos e derramamento de petróleo, poluição do ar e dos

recursos hídricos, desmatamento, devastação de mangues e áreas úmidas, contaminação por agrotóxicos e outras substâncias químicas e uma montanha de lixo que se esparrama por cidades, mares, rios e lagos.

Apesar da prevalência do desenvolvimentismo, ambientalistas, movimentos sociais e cientistas que pesquisavam os efeitos do modelo de produção e consumo vigentes na saúde humana e no meio ambiente gradualmente aumentavam sua influência sobre a opinião pública.

MODELO NA BERLINDA – O primeiro grande encontro internacional a questionar a ótica economicista e perdulária do conceito de desenvolvimento vigente no pós-guerra foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972. Foi, também, a primeira vez que a comunidade internacional reuniu-se para considerar conjuntamente as necessidades globais do desenvolvimento e do meio ambiente. Em tempos de Guerra Fria, a conferência foi boicotada pela União Soviética e aliados no Leste Europeu em protesto contra a ausência da Alemanha Oriental, que não integrava a ONU na ocasião.

O boicote abriu espaço para emergir a principal polêmica da cúpula, o embate entre países desenvolvidos do hemisfério Norte e nações em desenvolvimento do hemisfério Sul, que

Jul/1980: A Comissão Independente sobre Questões de Desenvolvimento Internacional publica *Norte-Sul: um Programa para a Sobrevivência* (Relatório Brandt), que defende maior equilíbrio entre países ricos e em desenvolvimento.

Dez/1982: Adoção da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar em Montego Bay, na Jamaica. O tratado só passaria a vigorar em novembro de 1994.

Dez/1984: Vazamento de gás da fábrica de agrotóxicos da Union Carbide em Bhopal, na Índia, matou perto de 22 mil pessoas. Foi o maior acidente químico já registrado. A indenização de 2 mil libras por vítima paga pela Dow Química, que comprou a Union Carbide em 1999, é contestada há anos pelos sobreviventes do desastre industrial.

defenderam seu direito à industrialização e ao desenvolvimento econômico. Criticaram abertamente o que entendiam como tentativas dos países desenvolvidos em frear seu desenvolvimento com políticas ambientais restritivas à atividade econômica. No lado dos países ricos, a maior preocupação foi apoiar políticas rigorosas de controle da poluição, sem aludir à revisão de padrões de produção e consumo e estilo de vida.

Avalia-se, hoje, que o evento tornou global a temática ambiental, que até então era tratada, sobretudo em âmbito local e às vezes nacional. A conferência aprovou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente em 5 de junho e inspirou países a instituírem legislações nacionais de proteção ambiental.

DITADURAS, POLUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO

– A conjuntura política e econômica da América Latina, da África e da Ásia nas décadas de 1970 e 1980 foi bastante adversa à adoção e execução de legislações e políticas públicas favoráveis ao Desenvolvimento Sustentável. Ditaduras militares proliferavam nos três continentes e vários países africanos estavam virtualmente paralisados por regimes autoritários, pelas guerras de libertação e pelo Apartheid (discriminação racial) na África do Sul. Face ao quadro político desanimador, as

diretrizes aprovadas na Conferência de Estocolmo visando aproximar as agendas de meio ambiente e desenvolvimento permaneceram na gaveta praticamente até a publicação do Relatório Brundtland, em 1987. (Veja quadro à pág. 8).

Configurou-se, contudo, período de emergência de novos atores na cena social, como se observou no Brasil. Na luta por democracia durante a ditadura militar (1964-1985) ressurgiram movimentos de mulheres, negros, indígenas e homossexuais, movimentos populares nas periferias urbanas reivindicando melhores condições de habitação, transporte e saúde e ganhou força o novo sindicalismo, autônomo em relação aos patrões e ao governo. A temática ecológica continuava marginalizada, uma vez que não era vista mesmo por esses novos atores sociais como prioritária para melhorar as condições de vida da maioria pobre da população.

No meio intelectual, nos partidos políticos e na classe média, o que ecoava mais facilmente era o debate sobre desenvolvimento. Para os setores mais conservadores, desenvolvimento era basicamente sinônimo de crescimento econômico, e daí viria a solução para os problemas sociais e o atraso econômico dos países em desenvolvimento. Já os grupos progressistas concebiam o desenvolvimento como uma combinação entre crescimento econômico,

Mai/1985: Cientistas britânicos publicam carta na *Nature* comunicando descoberta do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida.

Abr/1986: Explosão em reator da estação nuclear de Chernobyl na Ucrânia (na época, parte da então União Soviética) espalha nuvem radioativa pela Europa. O maior acidente nuclear de todos os tempos obrigou a retirada de 350 mil pessoas das áreas contaminadas.

Abr/1987: *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland) populariza a expressão Desenvolvimento Sustentável e lança as bases para a Rio-92.

DOCUMENTOS DA RIO-92

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Reúne 27 princípios para guiar os países nas suas políticas de Desenvolvimento Sustentável. O artigo 15, por exemplo, advoga o uso do princípio da precaução.

Declaração de Princípios sobre Florestas – Primeiro acordo global a respeito do manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

Agenda 21 – Programa de transição para o Desenvolvimento Sustentável inspirado no Relatório Brundtland. Com 40 capítulos, tem sua execução monitorada pela Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) e serviu de base para a elaboração das Agendas 21 nacionais e locais.

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) – Disponível para assinaturas na Rio-92, vigora desde março de 1994, reconhecendo que o sistema climático é um recurso compartilhado cuja estabilidade pode ser afetada por atividades humanas – industriais, agrícolas e o desmatamento – que liberam dióxido de carbono e outros gases que aquecem o planeta Terra, os gases de efeito estufa.

Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB) – Aberta para assinatura na Rio-92, começou a valer em dezembro de 1993. Desde então, já foram aprovados dois protocolos à CDB – o de Cartagena sobre Biossegurança, vigorando desde setembro de 2003, e o de Nagoya, adotado em outubro de 2010. O Protocolo de Nagoya institui princípios para o regime global de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios de sua utilização, um dos três objetivos centrais da CDB. Os outros dois são a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Convenção sobre Combate à Desertificação – Adotada em junho de 1994, fruto de uma solicitação da Rio-92 à Assembleia Geral da ONU, entrou em vigor em dezembro de 1996.

Set/1987: Adoção do Protocolo de Montreal, que inicia o controle de CFCs e outras substâncias químicas que danificam a camada de ozônio.

Dez/1988: Herói da luta contra o desmatamento na Amazônia e pelas reservas extrativistas, o seringueiro Chico Mendes é assassinado em Xapuri (AC) por pistoleiros a mando de seus inimigos políticos.

Mar/1989 – O navio-tanque Exxon Valdez colide com um recife e derrama em torno de 355 mil barris de petróleo na costa do Alasca.

distribuição de renda, investimentos sociais e relações justas no comércio internacional.

Enquanto isso, a discussão sobre distintos modelos de desenvolvimento avançava na frente diplomática e nos fóruns da ONU, contribuindo para materializar o conceito do Desenvolvimento Sustentável. Talvez as três mais notáveis iniciativas empreendidas mundialmente para ampliar o enfoque do desenvolvimento além de seu tradicional vínculo com o crescimento econômico foram os relatórios Brandt e Brundtland e o lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano com seu inovador índice, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Rio-92 em números



DA RIO-92 À RIO+20

O Relatório Brundtland forneceu o roteiro para o mundo organizar o debate sobre desenvolvimento em novas instituições, princípios e programa de

ações que promovessem a convergência dos três pilares do Desenvolvimento Sustentável. Foi a Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, que selou os acordos políticos entre os países que teriam como finalidade recheiar o roteiro do Relatório Brundtland e

Abr/1992: *Changing Course* é publicado pelo industrial suíço Stephan Schmidheiny, que fundara o *Business Council of Sustainable Development* em 1990 para preparar a participação do setor privado na Rio-92. O livro apresenta caminhos para a comunidade de negócios internalizar critérios de sustentabilidade socioambiental em suas operações.

Jun/1992: Também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 e Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento acontece na cidade do Rio de Janeiro.

Jun/1993: Viena, na Áustria, sedia a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.

Set/1994: Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento é realizada no Cairo, Egito.

Mar/1995: ONU organiza a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, na Dinamarca.

Set/1995: A capital chinesa Pequim recebe a 4ª Conferência sobre Mulheres, promovida pela ONU.

Nov/1995: Enforcamento do escritor e ativista ambiental nigeriano Ken Sarowiwa pelo governo de seu país atrai atenção internacional para as ligações entre direitos humanos, justiça ambiental, segurança e crescimento econômico.

Jun/1996: Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) acontece em Istambul, na Turquia.

negociar metas e o arcabouço institucional do novo momento. A Rio-92 pautou ainda as negociações sobre Desenvolvimento Sustentável e meio ambiente nas duas décadas seguintes graças à aprovação de um conjunto de tratados e declarações sob a chancela da ONU. (Veja quadro Documentos da Rio-92, à pág.11).

A Rio-92 ocorreu em um cenário global mais otimista do que o da Conferência de Estocolmo. Ditaduras militares tornavam-se raras no mundo em desenvolvimento, o que favoreceu a multiplicação de movimentos e organizações cívicas dedicadas a causas ecológicas, sociais e políticas. No campo da ciência, já havia massa crítica consistente e ampla em estudos sobre o aumento na concentração de gases-estufa na atmosfera, a destruição da camada de ozônio, o esgotamento dos recursos pesqueiros, a poluição atmosférica e hídrica, a desertificação, a contaminação química, o aumento exorbitante nas taxas de extinção de espécies animais e vegetais e o desmatamento de florestas e savanas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Foram estabelecidos em 2000 pela ONU e são oito:

- 1** Erradicar a pobreza extrema e a fome
- 2** Atingir o ensino básico universal
- 3** Promover igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres
- 4** Reduzir a mortalidade na infância
- 5** Melhorar a saúde materna
- 6** Combater o HIV, a malária e outras doenças
- 7** Garantir a sustentabilidade ambiental
- 8** Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Set/1996: ISO 14001 é formalmente adotada como padrão voluntário internacional para sistemas de gestão ambiental corporativos.

Nov/1996: Roma sedia a Cúpula Mundial da Alimentação, convocada pela FAO.

Set/1999: Lançamento dos índices de sustentabilidade da Dow Jones, em Nova York, para medir o desempenho nas bolsas de valores de empresas com políticas de responsabilidade socioambiental.

Nov/1999: Durante sua terceira conferência ministerial, realizada em Seattle, nos Estados Unidos, a OMC é alvo do primeiro grande protesto antiglobalização.

Jul/2000: Lançamento do Pacto Global da ONU, iniciativa que reúne empresas comprometidas a alinhar operações e estratégias com dez princípios nas áreas de direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Set/2000: Cúpula do Milênio promovida pela ONU em Nova York estabelece oito objetivos de desenvolvimento (ODM) a serem alcançados até 2015, tais como diminuir pela metade a proporção de pessoas com fome e cuja renda diária é inferior a um dólar.

Jan/2001: Movimentos sociais promovem em Porto Alegre (RS) o I Fórum Social Mundial (FSM), que desde então repete-se anualmente. Tem como finalidade discutir propostas alternativas de sociedade, contemplando os direitos humanos, direitos trabalhistas, proteção ambiental e economia solidária.

Set/2001: Ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono nos Estados Unidos marginalizam temas socioambientais na agenda global, que é tomada pela preocupação com a segurança nos países do Ocidente.

ECOSSISTEMAS SÃO BASE PARA AÇÃO INTERNACIONAL PELA SUSTENTABILIDADE

A Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM), estudo realizado a pedido da ONU entre 2001 e 2005 envolvendo mais de 1.360 especialistas de 95 países, revelou que cerca de 60% (15 entre 24) dos serviços dos ecossistemas examinados (incluindo 70% dos serviços reguladores e culturais) vêm sendo degradados ou utilizados de forma não sustentável. Para Rubens Born, coordenador executivo adjunto do Instituto Vitae Civilis, entre os serviços dos ecossistemas degradados nos últimos 50 anos estão: pesca de captura, fornecimento de água, tratamento de resíduos e destoxificação, purificação da água, proteção contra desastres naturais, regulação da qualidade do ar, regulação climática local e regional, regulação da erosão, realização espiritual e apreciação estética. “Se o uso de dois serviços dos ecossistemas – pesca de captura e água doce – já atingiu patamares muito acima dos níveis sustentáveis mesmo nas demandas atuais, que dirá futuramente”. A Avaliação Ecosistêmica do Milênio foi realizada para avaliar as conseqüências das mudanças nos ecossistemas sobre o bem-estar humano, e assim oferecer base científica para as decisões sobre o desenvolvimento de forma a assegurar a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas.

A AEM resultou de solicitações governamentais por informações provenientes de quatro convenções internacionais – Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Convenção Ramsar sobre Zonas Úmidas e Convenção sobre Espécies Migratórias – e visa suprir também as necessidades de outros grupos de interesse, incluindo comunidade empresarial, setor de saúde, organizações não governamentais e povos nativos.

Mar/2002: ONU realiza Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Monterrey, no México, seis meses após os ataques terroristas aos Estados Unidos. A prioridade para a agenda de segurança frustrou a intenção de criar mecanismos para financiar ações definidas nas conferências mundiais dos anos 1990.

Abr/2002: *Global Report Initiative* (GRI) inicia suas atividades focadas em desenvolver padrões de relato de políticas e ações corporativas de sustentabilidade.

Ago/2002: Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, aprova em Joanesburgo, na África do Sul, plano para implementar os compromissos da Rio-92.

Jun/2003: Lançamento pelos bancos dos Princípios do Equador em Washington D.C., capital dos Estados Unidos, com diretrizes para gerenciar riscos socioambientais do crédito para grandes projetos industriais e de infraestrutura.

Dez/2004: Pela primeira vez, o Prêmio Nobel da Paz é concedido a um ambientalista, a queniana Wangari Maathai, por sua luta em defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

Fev/2005: Adotado em dezembro de 1997, o Protocolo de Kyoto passa a vigorar, obrigando os países industrializados a cortar em 5% suas emissões de gases-estufa em relação aos níveis de 1990.

Mar/2005: *Avaliação Ecosistêmica do Milênio* mostra os efeitos das modificações nos ecossistemas sobre o bem-estar humano.

Protocolo de Kyoto define meta de emissões

REVISÕES DA RIO-92 – O baixo grau de implementação dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro, em 1992, marcou a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU para a revisão e avaliação da implementação da Agenda 21 (Rio+5), em Nova York, em junho de 1997. Enquanto a saúde do planeta continuava piorando, a avaliação da Rio+5 (conhecida pela sigla em inglês UNGASS) sobre os cinco anos pós-Rio-92 observou retrocessos como a diminuição da assistência oficial ao desenvolvimento de 0,34% em 1991 para 0,27% (1995) do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países doadores. Na Rio-92, os países ricos haviam se comprometido a aumentar para 0,7% a ajuda financeira aos países em desenvolvimento. A Rio+5 contribuiu para criar ambiente político propício à aprovação do Protocolo de Kyoto em dezembro de 1997.

Apesar da avaliação realista produzida em Nova York, pouca coisa mudou nos cinco anos seguintes. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), promovida pela ONU em Joanesburgo, na África do Sul, (de 26/8 a 4/9/2002) teve ainda

A 3ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, realizada em Kyoto, no Japão, em dezembro de 1997, adotou o Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em fevereiro de 2005. Vinculado à Convenção do Clima, Kyoto definiu metas obrigatórias de redução nas emissões de gases-estufa para 38 países industrializados e a União Europeia que fazem parte do Anexo B do Protocolo (nações desenvolvidas e economias de transição do Leste Europeu e Rússia). As emissões devem ser diminuídas em 5%, em média, entre 2008 e 2012 em comparação aos níveis de 1990. Os Estados Unidos não ratificaram o Protocolo, apesar de fazerem parte dele.

a infelicidade de ocorrer sob os reflexos dos ataques terroristas aos EUA em 11 de setembro de 2001.

O principal documento da conferência foi o Plano de Implementação de Joanesburgo, que

Ago/2005: Furacão Katrina devasta várias cidades da costa do Golfo do México nos Estados Unidos. O fenômeno consumiu o maior valor em sinistros já pago pelas seguradoras e chamou a atenção da opinião pública para o aumento na frequência de eventos climáticos extremos.

Fev/2006: Pícnais (PR) sedia a 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Out/2006: *Relatório Stern* sobre a economia das mudanças climáticas é publicado em Londres por encomenda do governo britânico.

Fev/2007: IPCC lança a primeira parte do 4º Relatório de Avaliação, que afirma ser muito provável que a maior parte do aumento na temperatura global é devida ao aumento nas concentrações atmosféricas de gases-estufa emitidos por atividades humanas.

2008: Crises alimentar, energética e financeira convergem, provocando recessão econômica. Incentivos à tecnologias verdes são incluídos nos pacotes de estímulo econômico anticrise.

2008: Acontecimento inédito na história da humanidade, a população urbana ultrapassa a das zonas rurais.

fortaleceu o papel da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) e reiterou metas para reduzir a perda de biodiversidade até 2010 e cortar pela metade a população sem acesso à água potável até 2015. A CDS, entretanto, vem se desgastando no decorrer dos anos e sua 19ª Reunião Anual, em maio de 2011, foi considerada um fracasso.

Um debate característico da Rio+10 foi a promoção de parcerias público-privadas (PPPs), refletindo abordagens neoliberais mais vigorosas com a globalização que se acentuou nos anos 1990, com uma maior atuação do setor privado (e a correspondente expectativa menor de intervenção de governos) e da sociedade em questões de conservação ambiental e de Desenvolvimento Sustentável. Já para diversos atores isso foi mais um sinal do malogro da Rio+10. Eles esperavam dos governos maior capacidade política de implementar compromissos internacionais. Para outros, entretanto, as PPPs foram o destaque na Rio+10.

Mais de 220 parcerias globais para o Desenvolvimento Sustentável, com projetos totalizando

US\$ 235 milhões, foram identificadas na conferência. A CDS registra hoje cerca de 348 parcerias com focos em transporte, químicos, gestão de resíduos, mineração e mudança de padrões insustentáveis de consumo e produção, entre outros temas.

As parcerias compreendem iniciativas voluntárias multissetoriais promovidas por combinações de governos, agências intergovernamentais, ONGs, povos indígenas, grupos de jovens e mulheres, sindicatos, empresas, agricultores e a comunidade científica e tecnológica.

A RIO-92 REVISITADA – O mundo atual é bem distinto do mundo da Rio-92. Na ocasião, a economia mundial voltava a crescer a um ritmo mais veloz, após os dois choques nos preços do petróleo na década de 1970 e a crise da dívida externa dos países em desenvolvimento nos anos 1980. Outro elemento de estímulo foi o fim da Guerra Fria com a queda do Muro de Berlim em agosto de 1989 e a dissolução da União Soviética em 1991. A redemocratização da América Latina consolidou-se e as questões ambientais

Dez/2009: A 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP-15), realizada em Copenhague, consolida o tema climático nas agendas pública, corporativa e da sociedade civil, mas decepciona pelo insucesso em fechar um acordo para diminuir as emissões após 2012.

Out/2010: Publicação da síntese do estudo *A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade* (TEEB).

Out/2010: A aprovação do Protocolo de Nagoya sobre acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios foi o destaque da 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), no Japão.



Fev/2011: – Pnua lança *Rumo à Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*.

Out/2011: A população mundial chega a sete bilhões.

Jun/2012: Rio de Janeiro sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Como surge a Rio+20

ganharam espaço inédito nas políticas públicas e na diplomacia internacional.

O vigor econômico das economias ricas provou, porém, ser pouco sustentável. Desde 2007, o mundo tem testemunhado uma grande crise global dos alimentos, volatilidade nos preços do petróleo, crescente instabilidade climática e a pior crise financeira mundial desde a grande depressão causada pela queda na Bolsa de Nova York em 1929. Após anos de declínio, a pobreza, a fome e a desnutrição voltaram a aumentar e a esperança de realizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 está ameaçada. *(Veja quadro sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio à pág. 13).*

Se a Rio-92 mostrou que a segurança econômica e o bem-estar humano dependem umbilicalmente de ecossistemas saudáveis e fortaleceu a noção da necessidade de acordos políticos globais para promover a transição rumo ao Desenvolvimento Sustentável, de outro lado o progresso tem sido lento nos últimos 20 anos e insuficiente na materialização de tais acordos em ações concretas de proteção ao ambiente planetário.

Além disso, parcela substancial da economia contemporânea, mesmo os setores mais de ponta, como o de tecnologia da informação e o de telecomunicações, funcionam graças à existência de relações de trabalho degradantes. Quase um terço da população mundial tenta sobreviver com renda diária inferior a US\$ 2.

Houve, contudo, considerável envolvimento, no período pós-Rio-92, de governos, organizações da sociedade civil e empresas com iniciativas para proteger ativos ambientais e sociais nas cadeias de negócios. O

A proposta foi apresentada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2007 e embora dada como certa a realização da conferência no Rio de Janeiro em 2012, ela só foi convocada oficialmente pela ONU em 24/12/2009.

Entretanto, logo depois da proposta de Lula, o cenário mundial mudou: a crise econômica de 2008, os fiascos da ONU na Convenção do Clima (COP-15) e na Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDS 19) e o fortalecimento dos países do G-20 geram expectativas diversas sobre a Rio+20, marcadas pela cautela.

Desenvolvimento Sustentável galgou degraus nas agendas corporativas e foi incorporado por muitas companhias como conceito central nos seus processos de produção e relacionamento com comunidades, sociedade civil e consumidores. Infelizmente, o conceito também virou instrumento publicitário de empresas sem políticas e ações efetivas em nome da sustentabilidade, gerando o chamado *greenwashing* ou maquiagem verde.

Investimentos em tecnologias verdes e na transição para uma economia sustentável têm aumentado - mesmo durante a crise financeira internacional que eclodiu nos Estados Unidos em setembro de 2008, ainda que em ritmo mais lento - e algumas companhias começam a comunicar publicamente sua pegada ecológica e desempenho de indicadores de sustentabilidade, ainda que timidamente.

Destacam-se ainda as ações voltadas para a chamada economia de baixo carbono, conceito menos abrangente que o da Economia Verde,

pois localiza as iniciativas em sustentabilidade no contexto da redução de emissões de gases do efeito estufa e na adaptação de produtos, serviços e sistemas produtivos aos novos desafios e às oportunidades associadas à mudança do clima. Essa vertente da economia se apoia tanto em estudos científicos e socioeconômicos cada vez mais frequentes que revelam a urgência das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, quanto nas diretrizes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima, cuja principal referência até hoje é o Protocolo de Kyoto. *(Veja quadro à página 15).*

A transição, entretanto, precisa ser acelerada, e isso poderia acontecer se os países fossem mais ambiciosos na criação de incentivos a negócios verdes, que levaria à geração de maior número de empregos e crescimento do PIB nos cenários de médio e longo prazos, de acordo com as projeções do relatório sobre Economia Verde publicado pelo Pnuma em fevereiro de 2011. *(Veja Para Saber Mais ao final do texto).* Foi, também, o próprio Pnuma que defendeu a incorporação de medidas ambientalmente amigáveis nos pacotes de estímulo econômico lançados entre o final de 2008 e 2009 para

tirar as economias da crise. Em torno de 15% do total de US\$ 3,1 trilhões dos pacotes foram relativos a incentivos à tecnologias verdes, de acordo com o organismo da ONU.

Tudo isso ocorre em meio a um cenário em que rapidamente, o planeta aproxima-se do ponto além do qual evitar uma catástrofe provocada pelas mudanças climáticas se tornará substancialmente menos provável. A maior parte dos ecossistemas do planeta encontra-se degradada ou sob severa pressão em consequência das atividades humanas *(Veja quadro Ecossistemas são base para ação internacional pela sustentabilidade, à pág. 14).* Caso o crescimento econômico prossiga sob o ritmo atual, a humanidade precisará de pelo menos dois outros planetas Terra no final do século XXI para manter os padrões correntes de consumo.

Para atenuar e reverter esses inúmeros problemas, espera-se que na Rio+20 os líderes globais definam um caminho para a transição rápida e justa ao Desenvolvimento Sustentável que assegure um padrão de vida razoável para a população mundial e interrompa a destruição dos ecossistemas.

PARA SABER MAIS

Todas as referências a sites e publicações mencionadas neste capítulo podem ser encontradas também em: www.radarrio20.org.br.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Editora Gaia, 2010.

MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donella; RANDERS Jorgen. **Limites do Crescimento**: a atualização de 30 anos. São Paulo: QualityMark, 2007.

ERLICH, Paul R. **Population bomb**. Nova York, Buccaneer Books, 1995.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Sobre o conceito de desenvolvimento humano veja:

UNDP. **The Human Development concept**. Disponível em: <hdr.undp.org/en/humandev>. Acesso em: 25 out. 2011.

Sobre os tratados das ONGs consulte:

THE NGO Alternative Treaties. Disponível em: <<http://habitat.igc.org/treaties/>>. Acesso em: 25 out. 2011.

ROCKSTRÖM, J. et al. A Safe Operating Space for Nature. **Nature**, Londres, v. 461, p. 473-475, 24 set. 2009.

POLLARD, Duncan (Ed.). **2010 Living Planet Report**: biodiversity, biocapacity and development. Gland: WWF Internacional, out. 2010. Disponível em: <www.panda.org/about_our_earth/all_publications/living_planet_report/2010_lpr>. Acesso em: 26 out. 2011.

UNEP. **Towards a Green Economy**: pathways to sustainable development and poverty eradication. Nairobi, 2011. Disponível em <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em 26 out. 2011.

PNUMA. **Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza** – uma síntese para tomadores de decisão. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/arquivos/EconomiaVerde_ResumodasConclusoes.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

UNEP. **Global Green New Deal**: An Update for the G20 Pittsburgh Summit. Nairobi, set. 2009. Disponível em: <<http://www.unep.ch/etb/publications/Green%20Economy/G%2020%20policy%20brief%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2011.

O que é Economia Verde

Economia Verde é uma expressão de significados e implicações ainda controversos, relacionada ao conceito mais abrangente de Desenvolvimento Sustentável, consagrado pelo Relatório Brundtland (*Veja quadro Relatório Brandt e Brundtland*), de 1987, e assumido oficialmente pela comunidade internacional na Rio-92, gradualmente tomando o lugar do termo “ecodesenvolvimento” nos debates, discursos e formulação de políticas envolvendo ambiente e desenvolvimento.

A ideia central da Economia Verde é que o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribuam cada vez mais para o Desenvolvimento Sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. Para isso, propõe como essencial que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental, hoje ignorados nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados. (*Veja os quadros sobre os temas da Economia Verde e alguns exemplos de meios para alcançá-la, págs. 21 e 24*).

O ecodesenvolvimento foi mencionado inicialmente pelo canadense Maurice Strong, primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e secretário-geral da Conferência de Estocolmo (1972) e da Rio-92. Foi Strong quem pediu ao economista e sociólogo

polonês Ignacy Sachs que desenvolvesse o conceito para inspirar documentos e projetos do Pnuma, criado na Conferência de Estocolmo. Sachs escreveu vários livros e artigos sobre o ecodesenvolvimento, que compreende cinco dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Em sua autobiografia intitulada *A Terceira Margem*, Sachs conta que o termo caiu em desgraça em consequência da repercussão negativa que teve no governo dos Estados Unidos a Declaração de Cocoyoc, aprovada em outubro de 1974 na cidade mexicana de mesmo nome e que tratava de meio ambiente e desenvolvimento.

Embora não haja consenso teórico sobre uma definição universal do Desenvolvimento Sustentável, a expressão popularizou-se no mundo a partir da Rio-92. Depois da conferência, a expressão foi sendo pouco a pouco absorvida por governos, corporações e entidades da sociedade civil, geralmente relacionada à formulação e execução tanto de políticas públicas quanto de iniciativas privadas ligadas à responsabilidade socioambiental.

Uma parcela dos movimentos sociais e ambientalistas e pesquisadores das áreas de meio ambiente e desenvolvimento têm questionado o que consideram a banalização, ou esvaziamento, do

OS TEMAS DA ECONOMIA VERDE

Há basicamente três grandes blocos temáticos essenciais para entender a transição à Economia Verde. O primeiro compreende assuntos relacionados à sociedade urbano-industrial, cujo modelo econômico foi herdado da Revolução Industrial e exacerbado no pós-guerra. É um modelo que não sabe o que fazer com o lixo que gera, depende de substâncias químicas perigosas para a saúde humana e o meio ambiente, baseia-se em uma matriz energética dominada por combustíveis fósseis com grande impacto ambiental e articula-se a sistemas de transporte que priorizam os carros e poluem a atmosfera.

O segundo bloco inclui questões mais relacionadas à utilização dos ativos naturais pelos agentes econômicos. São ativos estruturais para o bom funcionamento da economia a longo prazo, tais como florestas, biodiversidade, ecossistemas aquáticos e solo, que vêm sendo violentamente destruídos em detrimento do lucro fácil e imediato.

O terceiro grupo refere-se a ações relacionadas à redução da pobreza e de desigualdades.

Entre os principais temas da Economia Verde destacam-se energia e mudanças climáticas, construção civil, resíduos, químicos, transporte, florestas e uso da biodiversidade, agricultura e pesca, economia solidária e finanças sustentáveis. Estes temas estão detalhados no site: www.radarrio20.org.br. Confira!

conceito de Desenvolvimento Sustentável, erroneamente apresentado como objetivo de práticas superficiais e de pouca relevância. É o que se tornou conhecido como *green-washing* ou maquiagem verde, em português.

Em outras palavras, avaliam que, para muitos a expressão transformou-se em artifício para melhorar a imagem pública de governos e empresas, sem que seu uso traduza mudanças efetivas na sua gestão e práticas, sintonizadas com os princípios e diretrizes emanados da Rio-92 por meio de seus principais documentos. (*Veja quadro Documentos da Rio-92, à pág. 11*).

Há, também, movimentos sociais que veem no Desenvolvimento Sustentável uma nova roupagem para o sistema econômico, que até implicaria melhorias em áreas como eficiência energética e gerenciamento da água, mas que não modificaria o capitalismo contemporâneo em seus fundamentos, sobretudo os da maximização do lucro, do rebaixamento dos custos de produção e – especialmente – da mercantilização da vida e da natureza. Ainda que essa nunca tenha sido a proposta original de Desenvolvimento Sustentável.

A diminuição de restrições ambientais,

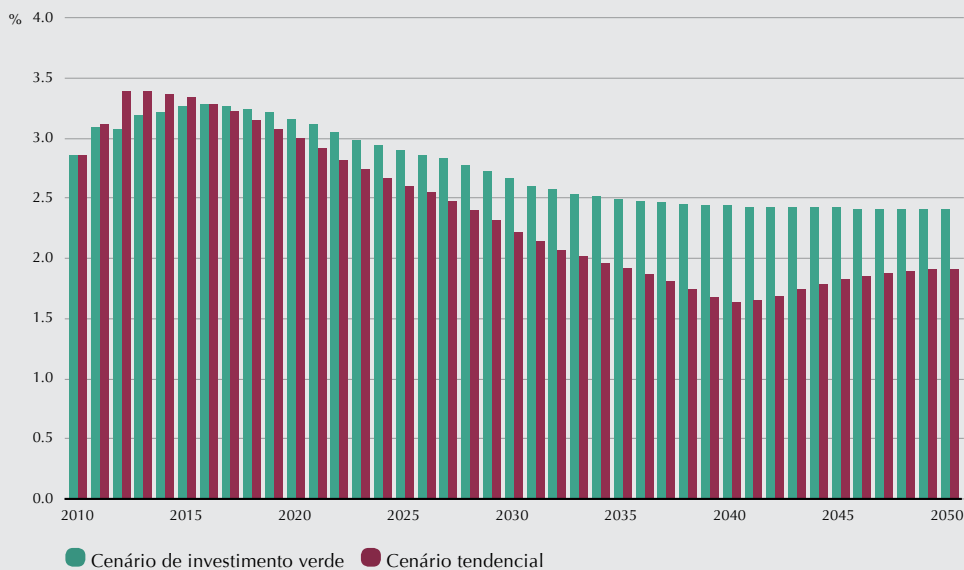
característica do neoliberalismo dos anos 1980 e 1990, e a falta de internalização das externalidades (ou seja, a não valoração e não contabilização dos impactos socioambientais negativos nos preços de bens e serviços) reforçam a equação básica de custos de produção baixos combinados com lucro elevado. Do mesmo modo, a transformação de bens comuns em mercadorias – por exemplo, a compra e venda de espaço na atmosfera por meio do mercado de emissões de carbono – é vista por alguns desses movimentos não como a forma de gestão de um patrimônio natural, mas como meio de criação de novos mercados e mercadorias, passíveis de especulação e de apropriação privada, e assim capazes de servir à contínua acumulação capitalista.

Segundo estudiosos e ambientalistas, uma solução para os dilemas teóricos com a formulação do Desenvolvimento Sustentável seria substituí-la ou, ao menos, subordiná-la a outra ainda mais abrangente, a de sociedades sustentáveis. De alguma maneira, a ideia da sociedade sustentável resgata a pioneira formulação do ecodesenvolvimento por ser composta de várias dimensões da sustentabilidade (característica de uma situação que pode manter-se em equilíbrio ao longo do tempo), incluindo a cultural. “Sociedade sustentável” soa, ainda, compatível com a noção de sustentabilidade, que geralmente é utilizada para ampliar o escopo do “Desenvolvimento Sustentável”, questionado por alguns que o entendem como um termo que traz implicitamente a noção de crescimento contínuo, e também mais associado à dimensão econômica do que ao modelo de sociedade como um todo, com seus múltiplos aspectos culturais e materiais.

Ecodesenvolvimento, sustentabilidade, sociedade sustentável, economia de baixo carbono, economia sustentável, economia inclusiva e economia solidária. Esses jargões – e muitos outros no campo do Desenvolvimento Sustentável – possuem definições várias, muitas vezes ambíguas e imprecisas. Assim, mais importante que a definição precisa de cada termo é a noção de que todos eles sintetizam ideias para chamar a atenção da opinião pública e dos especialistas quanto à necessidade de tornar os processos de desenvolvimento e os instrumentos econômicos ferramentas de promoção da igualdade social e erradicação da pobreza, com respeito aos direitos humanos e sociais e conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

O mesmo ocorre com a expressão Economia Verde, mas com uma importante diferença: ao ser colocada no centro dos debates da Rio+20, passou a ser vista como um grande guarda-chuva, sob o qual, espera-se, poderão se abrigar e articular as várias propostas de alcance mais específico. Por exemplo, a Economia Verde é mais abrangente do que a economia de baixo carbono, visto que não se limita a processos econômicos com baixa ou nenhuma emissão de gases de efeito estufa. Ela inclui processos relacionados ao combate às mudanças climáticas de origem antrópica, mas também trata de reverter outras tendências insustentáveis, quer sociais – como o consumismo e a crescente desigualdade – quer ambientais – como a vasta contaminação dos ecossistemas e do próprio corpo humano por substâncias químicas. Pode-se afirmar que a economia de baixo carbono está geralmente contemplada pela Economia Verde, mas esta vai além,

Projeção de tendência da taxa de crescimento anual do PIB global



Fonte: Pnuma, fevereiro, 2011.

pois implica promover processos limpos de produção e consumo que não agravem as tendências atuais de rompimento dos limites de sustentabilidade dos sistemas naturais que propiciam as condições para a manutenção da vida no planeta.

Como elemento do Desenvolvimento Sustentável, a Economia Verde também deve ser necessariamente inclusiva, demandando a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e a promoção dos direitos humanos e sociais, segundo preconizam seus principais defensores junto a fóruns internacionais e agências multilaterais, como o Pnuma, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

DEFINIÇÃO DO PNUMA

A Iniciativa Economia Verde (IEV, ou *GEI - Green Economy Initiative*, em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), lançada em 2008, concebe a Economia Verde como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Ela tem três características preponderantes: é pouco intensiva em carbono, eficiente no uso de recursos naturais e socialmente inclusiva.

Nessa proposta de Economia Verde, o crescimento na renda e no emprego é puxado por investimentos públicos e privados que

EXEMPLOS DE MEIOS PARA VIABILIZAR A ECONOMIA VERDE

A Economia Verde é entendida como um conjunto de ações e instituições que trazem para a prática econômica cotidiana os aspectos sociais e ambientais relacionados à construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Além de produtos/serviços “mais sustentáveis” junto com os negócios e atividades econômicas que os produzem, a Economia Verde é constituída também pelo conjunto de instituições, práticas e instrumentos que direcionam a atividade econômica nessa direção.

Assim, há uma série de mecanismos que ajudam a compreender como – na prática – está sendo construído um sistema voltado a tornar predominantes as atividades econômicas que tenham a sustentabilidade social e ambiental em seu cerne. Entre esses instrumentos destacam-se: políticas públicas; autorregulação; incentivos fiscais; compras públicas; novos indicadores; crédito subsidiado para acelerar a transição e gestão corporativa sustentável. Esta relação não se pretende completa e seu detalhamento está disponível no site www.radarrio20.org.br. Confira!

reduzem emissões de carbono e a poluição. Essa rota de desenvolvimento deve manter, aprimorar e, onde necessário, recuperar o capital natural degradado, enfocando-o como ativo econômico crítico e fonte de benefícios públicos, especialmente para a população pobre cuja sobrevivência e segurança são mais direta e imediatamente afetadas por desequilíbrios nos sistemas naturais (como demonstram os efeitos das secas e cheias em regiões pobres, por exemplo).

Análises detalhadas sobre as perspectivas da Economia Verde, com cenários de curto, médio e longo prazos, podem ser conferidas em dois relatórios lançados pela IEV. O primeiro foi o *Global Green New Deal*, em 2009, que teve como finalidade recomendar

incentivos a tecnologias verdes nas estratégias de recuperação econômica que os países lançaram para atenuar os efeitos nefastos da crise financeira global iniciada nos Estados Unidos em setembro de 2008.

O segundo documento é o Relatório de Economia Verde (REV), uma das principais contribuições do Pnuma para a Rio+20. Publicado em fevereiro de 2011, ele possui uma versão compacta para formuladores de política sob o título *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*. (Veja *Para Saber Mais* ao final do texto). Resultado de um trabalho de diversos especialistas de diferentes partes do mundo, o documento indica que a transição para a Economia Verde

CRÍTICA AO CRESCIMENTO VERDE

redundaria em taxas superiores de crescimento global do Produto Interno Bruto (PIB) e do nível de emprego nos cenários de médio e longo prazos, em comparação ao cenário tendencial (conhecido pela expressão em inglês *business-as-usual* - BAU).

Para isso, o estudo compara, por meio de modelos econométricos, o cenário tendencial (BAU) com um cenário alternativo, com investimentos totalizando 2% do PIB global ao ano em áreas como eficiência energética, energias renováveis, tecnologias ambientais e incentivos públicos verdes.

REPERCUSSÃO AO CONCEITO DO PNUMA

A repercussão do REV entre distintos atores sociais oscila de um alinhamento geral com questionamentos tópicos à oposição frontal ao relatório e à própria ideia de Economia Verde. As posições são as mais diversas tanto entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil quanto entre governos e empresas.

A grosso modo, o empresariado mais ativo no campo da sustentabilidade foi o setor mais favorável ao REV, ainda que levante problemas pontuais no documento. É o caso da avaliação divulgada pela Câmara Internacional de Comércio (ICC) denominada *ICC initial comments on the UNEP draft Green Economy Report*.

Publicada em maio de 2011, a avaliação recomendou ao Pnuma que defina mais claramente ou estimule a elaboração de indicadores e métricas para expressões como “investimentos verdes” e “Economia Verde”.

Para o REV, a Economia Verde poderá gerar crescimento ainda maior do que aponta o cenário atual, mas com utilização muito inferior de recursos naturais. A noção de descasamento (ou descolamento, do inglês *decoupling*) nutre-se de alguma maneira da “curva de Kuznets” (que associa o crescimento contínuo da renda per capita ao aumento na desigualdade durante uma fase inicial, mas depois compensada, com vantagens, na medida em que a renda per capita continue a crescer) e também foi objeto do estudo *ICC initial comments on the UNEP draft Green Economy Report*, publicado pela ONU.

Economistas mais vinculados à economia ecológica criticam abordagens que, como a do REV, concebem a Economia Verde predominantemente sob o prisma do descolamento. Avaliam que a perspectiva de crescimento econômico constante tende fatalmente a neutralizar em algum momento ganhos com eficiência energética e uso de matérias-primas. Há, ainda, o efeito bumerangue ou ricochete, que se refere à aplicação, em mais consumo, dos recursos economizados no *decoupling*, criando ao final pressões adicionais sobre os ecossistemas.

O professor Ricardo Abramovay, do Núcleo de Economia Socioambiental da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, lamenta a falta no estudo do Pnuma de questionamento mais incisivo aos atuais padrões perdulários de consumo e estilos de vida nas economias de mercado. “Com esses padrões, as indicações são de que a economia mundial continuará dependente

das energias fósseis até pelo menos 2050.”

Por outro lado, estudiosos como Alexandre D’Avignon e Luiz Antônio Cruz Caruso, pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), avaliam positivamente o relatório do Pnuma, que representaria uma superação da visão antropocêntrica da natureza, como assinalam em artigo na revista *Política Ambiental*, publicada em junho de 2011, pela Conservação Internacional (CI). Eles não deixam de observar, porém, uma limitação básica do REV: “Pintar a economia neoclássica de verde não será a solução. É necessária uma mudança estrutural da ‘administração da casa’ (...), referindo-se ao planeta como a casa de todos os seres vivos e, como tal, necessitando ser conservado e respeitado.”

Ao questionarem a noção de crescimento verde do Pnuma, os economistas ecológicos trazem a noção do desenvolvimento sem crescimento, tese que desde 1970 é debatida e condenada por muitos, tachada de obscurantista, pois não incorporaria a possibilidade de grandes saltos tecnológicos. Há toda uma linhagem de pensadores que atuam nesse campo, como o americano Herman Daly, um dos fundadores da economia ecológica, cujas ideias voltaram a circular nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento, globalização e sustentabilidade após quase três décadas de ostracismo.

Nessa mesma direção, Tim Jackson elaborou o célebre e controverso estudo *Prosperity without Growth? – The transition to a sustainable economy*, publicado em março de 2009 pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável do governo do Reino Unido. No trabalho, Jackson, que o preparou na

condição de representante do segmento acadêmico na comissão, recomenda estratégias para gerar mais bem-estar humano e sustentabilidade ambiental com menos consumo. A comissão foi desativada em março de 2011 pelo governo britânico, alegando-se contenção de gastos.

DEMANDAS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Como ocorre em outras negociações multilaterais, como nas de clima e biodiversidade, dilemas históricos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento também fazem parte dos debates preparatórios da Rio+20. Algumas organizações da sociedade civil proeminentes e governos do hemisfério Sul alinham-se na agenda de desconfianças quanto às intenções dos países ricos com a proposta da Economia Verde.

Um porta-voz bastante influente das nações em desenvolvimento é o *South Centre* – organização intergovernamental dos países em desenvolvimento com sede em Genebra, Suíça –, que publicou um documento de pesquisa sobre o tema em julho de 2011.

De acordo com o texto, o acordo político central na Rio-92 foi o reconhecimento de que a crise ecológica precisava ser resolvida por meio de um caminho equitativo, com parcerias. Isso foi capturado no *princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas* da Declaração do Rio. O documento afirma que é nesse contexto que a Economia Verde deve ser inserida. Apesar de reconhecer aspectos positivos na formulação de Economia Verde do Pnuma, o documento do *South Centre* aponta os seguintes riscos:

- Que – apesar de sua formulação ampla – a EV seja adotada de maneira unidimensional, puramente ambiental, sem considerar as dimensões do desenvolvimento e da igualdade social;
- Uso da EV como nova condicionalidade sobre os países em desenvolvimento em casos de assistência financeira, empréstimos e reescalonamento ou cancelamento da dívida externa de alguns países;
- Dúvidas sobre em que medida a utilização de mecanismos de mercado para empresas de países ricos compensarem emissões de poluentes em outras empresas ou países não implicaria a manutenção de uma injusta divisão internacional do trabalho e da riqueza, mantendo o Sul pobre e fornecedor de “serviços ambientais” (além das tradicionais matérias-primas e mão-de-obra barata), enquanto o Norte permanece afluente e consumista.

OLHARES DA SOCIEDADE CIVIL

A proposição da Economia Verde também é objeto de debates na sociedade civil global, com posições as mais diversas, além dos questionamentos acima, que oscilam desde uma oposição mais frontal à ideia da Economia Verde a um alinhamento mais próximo da tese do Pnuma. Entre elas, destacamos:

- a. Resistência ao “ambientalismo de mercado”

Há organizações e movimentos sociais que se posicionam contra as propostas de promoção

da Economia Verde, defendendo que esta não questiona ou modifica a estrutura básica da economia capitalista global. Pelo contrário, a Economia Verde seria a ponta de lança de um novo ciclo do capitalismo, na medida em que transformaria bens comuns (como a água, a atmosfera, as florestas, oceanos e mesmo os seres vivos) em mercadorias propícias à apropriação privada, acumulação e especulação.

Numa perspectiva menos radical, mas ainda estrutural, questiona-se que a Economia Verde, conduzida pela lógica de mercado, tenderia a abrigar predominantemente medidas superficiais, de pouca relevância porém mais atrativas no curto prazo, gerando apenas uma ilusão de avanço rumo à sustentabilidade. Por essas mesmas razões, tenderia a favorecer os mais ricos e a impedir que soluções realmente transformadoras emergissem, mantendo as causas estruturais das desigualdades sociais e econômicas.

- b. Ceticismo com relação ao termo e à sua relevância

Outro questionamento frequente é quanto à necessidade e efetividade de se criar mais um termo relacionado ao Desenvolvimento Sustentável. Pondera-se que, como existe uma enorme quantidade de nomes e conceitos para abarcar as questões da sustentabilidade, forçar a emergência de um conceito de Economia Verde – que ainda não tem definição muito clara e precisa – irá gerar mais dúvidas e conflitos do que soluções. E que muita energia será gasta com debates improdutivos, em vez de manter o foco nas questões já conhecidas, que podem de fato engendrar mudanças. Nessa perspectiva, a

colocação da Economia Verde no debate seria uma cortina de fumaça para, simultaneamente, fugir do enfrentamento dos problemas reais e criar novos campos para atuação de pesquisadores e consultores, abrindo oportunidades de negócio em vez de promover avanços reais.

c. Economia Verde como ferramenta de mudança

Uma perspectiva mais pragmática, também presente na sociedade civil, entende as críticas acima como alertas importantes, mas que não eliminam a importância da Economia Verde como proposta que visa articular diferentes instrumentos e práticas econômicas capazes de dar centralidade à conexão entre questões sociais e ambientais. A chave para isso seria traduzir em linguagem econômica tais assuntos, viabilizando

sua rápida incorporação aos processos de análise e decisão cotidianamente adotados por consumidores, empresas, governos e demais atores sociais.

Nessa perspectiva, o desafio central da Economia Verde seria utilizar o poder da economia para dar centralidade e força às propostas de sustentabilidade com justiça social e ambiental, enquanto, ao mesmo tempo, evitam-se os riscos e “efeitos colaterais” da apropriação distorcida dessas propostas pelo sistema hegemônico. Para isso, o caminho seria construir um sistema de instituições e políticas, com eficaz controle social, voltado a direcionar a atividade econômica no rumo desejado. Nesse sentido, a consistência nas práticas e propostas e a firmeza na sua adoção são vistas como mais importantes que a expressão Economia Verde ou sua conceituação.

PARA SABER MAIS

Todas as referências a sites e publicações mencionadas neste capítulo podem ser encontradas também em: www.radarrio20.org.br.

SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

UNEP. **Towards a Green Economy**: pathways to sustainable development and poverty eradication – a synthesis for policy makers. Nairobi, 2011. Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_en.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

Na versão em espanhol:

PNUMA. **Hacia una economía verde**: guía para el desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza - síntesis para los encargados de la formulación de políticas. St-Martin-Bellevue, 2011. Disponível em: <http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_sp.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

Uma versão resumida em português, com menos de três páginas:

PNUMA. **Rumo a uma economia verde**: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – uma síntese para tomadores de decisão. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/arquivos/EconomiaVerde_ResumodasConclusoes.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

ICC. **ICC initial comments on the UNEP draft Green Economy Report**. Paris, 06 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.iccwo.org/uploadedFiles/ICC-business-initial-comments-GER-May2011-FINAL.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2011.

ECONOMIA Verde: Desafios e Oportunidades. **Política Ambiental**, Belo Horizonte, n. 8, jun. 2011. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica_ambiental_08_portugues.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

INTERNATIONAL RESOURCE PANEL. **Decoupling natural resource use and environmental impacts from economic growth**: summary. Nairobi: UNEP, 2011. Disponível em: <<http://www.unep.org/resourcepanel/Portals/24102/PDFs/DecouplingENGSummary.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2011.

D'AVIGNON, A.; CARUSO, L. A. C. O caráter necessariamente sistêmico da transição rumo à economia verde. **Política Ambiental**, Belo Horizonte, n. 8, p. 24-35, jun. 2011. Disponível em: <http://www.conservation.org.br/publicacoes/files/politica_ambiental_08_portugues.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

JACKSON, Tim. **Prosperity without Growth?**: the transition to a sustainable economy. Londres: Sustainable Development Commission, mar. 2009. Disponível em: <http://www.sd-commission.org.uk/data/files/publications/prosperity_without_growth_report.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

KHOR, Martin. **Risks and uses of the Green Economy concept in the context of sustainable development, poverty and equity**. Genebra: South Centre, jul. 2011. (Research Paper, 40). Disponível em: <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1598:risks-and-uses-of-the-green-economy-concept-in-the-context-of-sustainable-development-poverty-and-equity&catid=69:environment-a-sustainable-development&Itemid=67&lang=en>. Acesso em: 27 out. 2011 .

Sobre o tema **Economia Verde** consulte também: www.greeneconomycoalition.org e www.greeneconomy.org.br

Governança

Dos dois conjuntos de temas que serão discutidos na Rio+20, o de governança é talvez o menos midiático, mas de fundamental importância para os debates. Diz respeito ao quadro institucional global para viabilizar a transição rumo ao Desenvolvimento Sustentável. E é essencial para tirar do papel um emaranhado de convenções, protocolos, declarações e compromissos pelo Desenvolvimento Sustentável negociados nas três últimas décadas. A governança compreende os seguintes ângulos:

- Instrumentos regulatórios (convenções, tratados, protocolos, decisões de conferências internacionais e legislações nacionais);
- Planos regionais e nacionais de execução dos acordos;
- Órgãos gestores;
- Mecanismos de penalização para quem descumprir tratados internacionais;
- Participação e controle social nas fases de discussão, deliberação e implementação;
- Fundos públicos e privados para assegurar o cumprimento dos acordos;
- Transparência e acesso à informação.

A Rio+20 discutirá propostas para reformar a governança global relacionadas às questões ambientais e ao Desenvolvimento Sustentável como um todo. Se este é, em geral, percebido por meio das dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento que provê justas condições de vida para as gerações atuais e futuras, então o debate de governança na Rio+20 deveria levar a conclusões e medidas que permitam à ONU e aos países escolher as formas e instrumentos adequados para promover e acelerar a transição rumo a sociedades sustentáveis.

Entretanto, os debates sobre o tema da governança no processo preparatório da Rio+20 têm ocorrido sob dois enfoques:

- **Governança ambiental:** busca por uma nova configuração institucional no âmbito da ONU que promova sinergia e eficácia na implementação dos acordos ambientais multilaterais, conhecidos em inglês como *multilateral environmental agreements* (MEAs), e, por meio deles e de melhor articulação das atividades de órgãos da ONU e dos países, restaurar e conservar a integridade ambiental no planeta.
- **Governança do Desenvolvimento Sustentável:** inserir a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável no coração decisório das Nações Unidas de modo que o tema, nas suas três dimensões

principais (social, econômica e ambiental) seja tratado de fato como transversal nas estratégias nacionais e internacionais de desenvolvimento.

O tema da governança ambiental é objeto de discussão há pelo menos 20 anos, e, por isso, na fase preparatória da Rio+20 a tendência é haver maior destaque ou maior número de propostas relacionadas a ele, quando comparado aos debates sobre governança do Desenvolvimento Sustentável como um todo.

O TEMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ONU — Atualmente, não apenas o Desenvolvimento Sustentável carece de tratamento prioritário na agenda da ONU, como também o pilar ambiental do tripé da sustentabilidade segue sendo o mais frágil.

Como não é uma agência especializada, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) não possui autonomia, verba e poder similares aos desfrutados por organizações tais como as dedicadas aos temas de alimentação (FAO), comércio (OMC), educação e cultura (Unesco), saúde (OMS) e trabalho (OIT). Cada um dos acordos multilaterais (MEAs) possui seu próprio sistema de gestão, sem vínculo hierárquico com o Pnuma.

Trata-se de situação preocupante, quando se leva em conta a complexidade e a gravidade dos problemas ambientais contemporâneos e a profusão de MEAs já aprovados (mais de 500). A gestão da política ambiental global está fragmentada em dezenas de acordos, secretariados e conferências, com baixo grau de cooperação, sobreposição ineficiente de papéis, competição pelos mesmos recursos, impunidade para países que descumprem as regras e ausência de indicadores de desempenho.

Enquanto a OMC detém instrumentos efetivos para obrigar os países a cumprirem suas regras e decisões, os tratados ambientais seguem impotentes para fazer valer suas diretrizes. Em decorrência do quadro adverso, a autoridade do Pnuma está erodindo e fundos que apoiam a implementação dos acordos estão sendo desperdiçados.

Há, entretanto, três indicações recentes mais favoráveis a uma reforma do sistema de governança ambiental, conforme observa a pesquisadora Maria Ivanova, da Universidade de Massachusetts (EUA) em seu livro *Global Governance in the 21st Century*. Em primeiro lugar, há um grupo muito maior de analistas experientes nos países, assim como boas práticas desenvolvidas ao longo do tempo. Outra indicação é a de que vários governos emergiram como líderes nas deliberações ambientais internacionais e têm injetado espírito mais positivo e colaborativo.

Finalmente, os ministros do meio ambiente abriram à sociedade civil o processo de discussão sobre a reforma institucional da governança a partir de uma decisão tomada na 11ª Sessão do Fórum Ministerial Global do Pnuma, realizada em Bali, na Indonésia, em fevereiro de 2010.

Foi formado um grupo assessor com a participação de representantes dos nove grupos principais (*major groups*) definidos pela Agenda 21 (mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, negócios e indústria, comunidades científica e tecnológica e agricultores) para articular os esforços da sociedade civil global, auxiliados pelas ferramentas de comunicação das redes sociais.

REFORMA DA GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Há pelo menos uma dúzia de propostas para reformar a governança ambiental e do Desenvolvimento Sustentável no Sistema ONU. Algumas são complementares e outras concorrentes. O debate central gira em torno de dois níveis de governança: um mais estritamente relacionado à gestão dos acordos multilaterais e o outro voltado ao espaço político do Desenvolvimento Sustentável nas Nações Unidas. Seguem as principais propostas de reforma, que podem ser encaminhadas durante a Rio+20.

SINERGIA ENTRE OS MEAS — Problemas ambientais são complexos e demandam respostas específicas, o que pode justificar a necessidade de um conjunto amplo de convenções internacionais. Contudo, o resultado prático tem sido uma série de sobreposições jurisdicionais, lacunas e inabilidade institucional e política de responder a problemas ambientais abrangentes. A combinação, integração ou fusão de acordos ambientais multilaterais poderia torná-los mais eficientes e efetivos. Uma opção é promover sinergia entre convenções de uma mesma área temática, como já vem ocorrendo no caso das três convenções químicas – Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), Consentimento Prévio Informado (PIC, Roterdã) e a da Basileia, que controla o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.

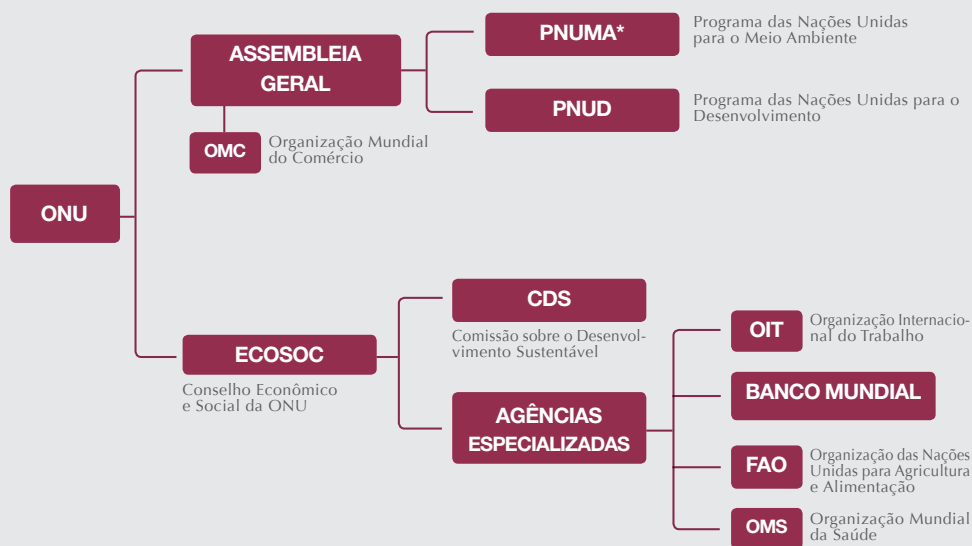
AGÊNCIA ESPECIALIZADA PARA MEIO AMBIENTE — Seria similar à Organização Mundial de Saúde (OMS) e à Organização Internacional do Trabalho (OIT), com

autonomia para escolher o diretor-geral, fundos próprios e poder para negociar projetos com outras agências e penalizar países que não cumprissem suas decisões e regras. Seria chamada Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEO, na sigla em inglês) ou Organização Mundial do Meio Ambiente (WEO, na sigla em inglês). Precisaria ser instituída por um tratado específico, com grande probabilidade de que o Pnuma fosse absorvido em sua estrutura.

FORTELECIMENTO DO PNUMA — Para isso, a Assembleia Geral da ONU precisaria aprovar resolução adicionando mandatos, tais como o poder de implementar ações no âmbito nacional. Além do mais, o programa continuaria limitado em sua autonomia, porque manteria sua subordinação oficial à Assembleia Geral, não podendo, por exemplo, escolher seu diretor-geral.

ECOSOC - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — Com a finalidade de promover maior convergência entre os três pilares do Desenvolvimento Sustentável (desenvolvimento econômico, equidade social e conservação ambiental), o atual Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc, sigla em inglês) seria transformado em Conselho de Desenvolvimento Sustentável, também se reportando à Assembleia Geral como ocorre hoje. O problema das propostas relativas à governança do Desenvolvimento Sustentável é que o Ecosoc e a Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDS) são vistos como órgãos fragilizados, sem poder de fato para influenciar o Sistema ONU. Formado por 54 países eleitos pela Assembleia Geral, o Ecosoc tem como função revitalizar as atividades da ONU nas esferas econômica, social e áreas

ORGANOGRAMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SISTEMA ONU



(*) O Pnuma abriga os secretariados das convenções sobre diversidade biológica, comércio internacional de espécies sob perigo, ozônio, espécies migratórias e POPs e as de Basileia e Roterdã (Pnuma e FAO dividem responsabilidade nessa última convenção). As convenções sobre clima e desertificação recebem apoio do Secretariado da ONU. *Fonte:* ONU/Pnuma

relacionadas. Gerencia a implementação da Agenda 21, resultante da Rio-92 (*Veja Documentos da Rio-92 à pág 11*) dentro da ONU, sendo responsável por integrar temas ambientais e de desenvolvimento nas políticas e programas das Nações Unidas. A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis conciliando proteção ambiental com justiça social e eficiência econômica.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — A enfraquecida Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável

(CDS) foi criada logo depois da Rio-92 para acompanhar e estimular a execução da Agenda 21 no Sistema ONU e pelos países que a assinaram no Rio. Sua missão oficial é examinar pontos de sinergia entre diferentes organismos para implementar políticas de Desenvolvimento Sustentável que promovam diálogo entre as agendas ambiental, econômica, social e cultural. Nesta proposta, a comissão ganharia status de conselho, passando a conectar-se diretamente à Assembleia Geral da ONU. Hoje a CDS é subordinada ao Conselho Econômico e Social (Ecosoc).

DESAFIOS DA GOVERNANÇA NO BRASIL

Apesar de ter sediado a Rio-92, a COP-8 (Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB), em Pinhais, na Grande Curitiba (PR), em 2006, e ser o anfitrião da Rio+20, o Brasil apresenta graves problemas de governança ambiental e do Desenvolvimento Sustentável. Destacamos os seguintes no que se refere à governança ambiental:

- Descontinuidade administrativa que retarda e altera programas nos ministérios a cada mudança de governo nas eleições e troca de ministros;
- Gestão confusa da informação, ilustrada, por exemplo, pela dificuldade de acessar documentos fundamentais da agenda ambiental do Desenvolvimento Sustentável;
- Ações descoordenadas em alguns temas importantes, como o das mudanças climáticas (disputa entre os ministérios de Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Relações Exteriores) e o da segurança química (falta de sintonia entre os ministérios da Saúde, Meio Ambiente e Agricultura no controle de agrotóxicos);
- Escassez de indicadores de desempenho das políticas ambientais e dos programas interministeriais focados no Desenvolvimento Sustentável;
- Funcionamento precário do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), falho ao compartilhar informações e ações entre órgãos federais, estaduais e municipais.

Além de sofrer de quase todas as dificuldades mencionadas na governança ambiental, a governança do Desenvolvimento Sustentável enfrenta situações ainda mais vexatórias. Contrariamente ao que determina Decreto Presidencial de 3 de fevereiro de 2004 (sem número), a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira (CPDS) não teve do próprio governo a atenção política e o apoio institucional para cumprir seu papel de propor e acompanhar a implementação de estratégia de Desenvolvimento Sustentável no país. Nos últimos anos, as esporádicas reuniões da comissão não conseguiram ter sequer a presença dos ministros que a dirigem (Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Em 2010, por meio de edital público, foi contratado estudo para a revitalização da CPDS e atualização da Agenda 21 brasileira: o relatório final, que ficou pronto em dezembro daquele ano, só foi discutido pela CPDS em julho de 2011, em virtude de “outras prioridades” do MMA. O estudo foi realizado pelo Instituto Vitae Civilis.

- A CPDS tampouco influencia órgãos e políticas de governo que fazem parte do escopo de suas competências, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual. Não há comunicação pública de propostas relacionadas à Agenda 21 e ao Desenvolvimento Sustentável que a comissão tenha apresentado para esses órgãos e políticas.

Há anos grupos da sociedade civil como o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Fboms) vêm tentando convencer o governo a conferir um status mais elevado para a CPDS, transferindo a coordenação da comissão para uma pasta ministerial com maior peso político na administração federal ou então inserir a comissão junto à Presidência da República. Essa é uma das recomendações do estudo que tratou da revitalização da CPDS.

Para colaborar com um salto qualitativo e rápido em Desenvolvimento Sustentável seria fundamental que a sociedade civil, o setor privado, a comunidade científica e a imprensa tomassem o tema como prioridade em suas agendas e promovessem um diálogo com o governo. O país possui diversas políticas públicas que implicam necessariamente convergência de esforços de governo, entre elas as políticas nacionais sobre mudança do

clima (PNMC) e resíduos sólidos (PNRS). Outra política que está sendo construída de maneira sinérgica entre diferentes áreas de governo é a de produção e consumo sustentáveis, desdobramento nacional do Processo de Marakech, ao qual o Brasil aderiu em 2007. Esse processo resultou de reunião ocorrida nessa cidade, no Marrocos, em 2003, em resposta ao Plano de Implementação de Joanesburgo, adotado na Rio+10, que propôs a elaboração de programas nacionais de apoio à mudança nos padrões de produção e consumo.

São, portanto, três temas com horizontes regulatórios definidos que poderiam auxiliar o governo a emprestar papel de fato estratégico para a CPDS, com capacidade de influenciar políticas e planos como o PPA a trilhar rumos cada vez mais sintonizados com as diretrizes da Agenda 21, conforme também recomendado no estudo de atualização e revitalização da CPDS de 2010.

PARA SABER MAIS

Todas as referências a sites e publicações mencionadas neste capítulo podem ser encontradas também em: www.radario20.org.br.

IVANOVA, Maria. **Governance in the 21st Century, Rethinking the Environmental Pillar**. Disponível em <http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/IEG%20Paper-Ivanova-Final%20_2_.pdf>. Acesso em 28 out. 2011.

Sobre o tema governança consulte:

UNEP. **Environmental Governance**. Disponível em: <www.unep.org/environmentalgovernance> Acesso em 1 nov. 2011.

STAKEHOLDER FORUM. **Pocket Guide to sustainable development governance**. Londres, julho, 2011). Disponível em <<http://www.stakeholderforum.org/fileadmin/files/sdg-pocketguideFINAL-no%20crop%20marks.pdf>>. Acesso em 28 out. 2011.

Sobre Acordos multilaterais (MEAS) consulte:

UNEP. **Environmental Governance**. Disponível em: <www.unep.org/environmentalgovernance> Acesso em 1 nov. 2011.

Sobre Acordos ambientais multilaterais e como são negociados veja **Multilateral Environmental Agreement Negotiator's Handbook** (Pnuma, 2006), em <http://www.unep.org/environmentalgovernance/LinkClick.aspx?fileticket=sovhr7ut6sg%3D&tabid=180&language=en-US>

Sobre o Processo de Marrakech consulte:

The Marrakesh Process. Disponível em: <<http://esa.un.org/marrakechprocess/>>. Acesso em 1 nov. 2011.

Sobre a Agenda 21 consulte:

MMA. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575>>. Acesso em 1 nov. 2011.

Sobre a CPDS consulte:

MMA. **CPDS**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=713&idMenu=409>>. Acesso em 1 nov. 2011.

OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Biocombustíveis**: a energia da controvérsia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.
- ARNT, Ricardo. **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. **Ouro Azul**. São Paulo: M. Books, 2003.
- BROWN, Lester. **Plano B 4.0**: mobilização para salvar a civilização. São Paulo: New Content e Ofício Plus, 2009.
- BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas, 1999.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- DUPAS, Gilberto (Org.). **Meio ambiente e crescimento econômico**: tensões estruturais. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. **Governança ambiental global**: opções e oportunidades. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- HAWKEN, Paul et al. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2006.
- HOOLLIDAY, Bill et al. **Cumprindo o prometido**: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- MARGULIS, Sergio; DUBEUX, Carolina Burle Schmidt (Eds.). **Economia da mudança do clima no Brasil**: custos e oportunidades. São Paulo: IBEP Gráfica, 2010.
- Mota, Ronaldo Seroa et al (Eds.). **Mudanças do clima no Brasil**: aspectos econômicos, sociais e regulatórios. Brasília: Ipea, 2011.
- RIFKIN, Jeremy. **A economia do hidrogênio**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.
- ROMEIRO, Ademar. **Meio ambiente e dinâmica da inovação na agricultura**. São Paulo: Annablume; São Paulo: Fapesp, 1998.
- STERN, Nicholas. **Stern review on the economics of climate change**. Londres: HM Treasury, 2006. Disponível em: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.hm-treasury.gov.uk/sternreview_index.htm>. Acesso em: 26 out. 2011.

SMERALDI, Roberto. **O novo manual de negócios sustentáveis**. São Paulo: Publifolha, 2009.

SUKHDEV, Pavan et al. **A economia dos ecossistemas e da biodiversidade**: integrando a economia da natureza. Uma síntese da abordagem, conclusões e recomendações do TEEB. Nairobi: Teeb/Phuma, out. 2010. Disponível em: <[http://www.teebweb.org/Portals/25/TEEB%20Synthesis/TEEB_Sintese-Portugues_web\[1\].pdf](http://www.teebweb.org/Portals/25/TEEB%20Synthesis/TEEB_Sintese-Portugues_web[1].pdf)>. Acessado em: 26 out. 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade**: a legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora Senac, 2010.

SIGLÁRIO

AEM	Avaliação Ecológica do Milênio
BAU	Cenário tendencial ou em inglês <i>business-as-usual</i>
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República
CDS	Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável
Cites	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP-8	Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica
COP-15	Décima quinta Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança Climática
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Brasileira
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
Ecosoc	Conselho Econômico e Social da ONU
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fboms	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEI	<i>Green Economy Initiative</i>
ICC	Câmara Internacional do Comércio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEV	Iniciativa Economia Verde
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MEAs	Acordos ambientais multilaterais ou <i>Multilateral Environmental Agreements</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SIGLÁRIO

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNMC	Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
POPs	Poluidores Orgânicos Persistentes
REV	Relatório de Economia Verde
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente



radarrio20.org.br



youtube.com/radarrio20



twitter.com/radarrio20



fb.com/radarrio20

ISBN 978-85-85994-87-7



9 788585 994877 >

Realização



Apoio



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais